

MERCADO DE TRABALHO NO SETOR CULTURAL EM SANTA CATARINA

Rayana de Azevedo Peled¹

Lauro Mattei²

RESUMO

A cultura ocupa cada vez mais espaço nas discussões contemporâneas das instituições internacionais e dos formuladores de políticas públicas, bem como junto aos responsáveis pela sua produção e disseminação na suas mais diversas áreas. Além de mostrar um panorama da construção do conceito de Economia da Cultura ao longo das últimas décadas, o artigo buscou fazer um mapeamento das atividades ligadas à economia da cultura em Santa Catarina, através da análise do mercado de trabalho formal neste setor. O estudo analisou as modificações estruturais sobre o mercado de trabalho catarinense deste setor que, assim como se verifica em âmbito global, é marcado por uma informalidade histórica. A pesquisa se baseou quantitativamente nos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), disponibilizados pelo Ministério do Trabalho e Emprego e numa análise qualitativa de tais dados com base em pesquisa bibliográfica sobre o tema. Observou-se, de maneira cada vez mais nítida, o processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho da área cultural, o que reforça a tendência de uma maior feminilização do trabalho nos últimos anos. Também cresceu a participação dos trabalhadores com maior qualificação. No entanto, vale lembrar que o crescimento observado dos postos formais de trabalho ao longo desses oito anos analisados parece ainda não ter proporcionado uma melhoria das condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores.

Palavras-chave: Economia da Cultura, Mercado de trabalho, Setores culturais

Área temática 3: Demografia e mercado de trabalho.

¹ Economista formada pela UFSC e membro do NECAT. Email: rayanapeled@gmail.com

² Professor do curso de Graduação em Economia e do Programa de Pós-Graduação em Administração, ambos da UFSC. Coordenador do NECAT. Email: l.mattei@ufsc.br

INTRODUÇÃO

A cultura ocupa cada vez mais espaço dentro das discussões contemporâneas das instituições públicas e privadas e dos formuladores de políticas públicas, bem como por parte dos responsáveis pela sua produção e disseminação nas mais diversas áreas de especialização. A cultura é hoje considerada elemento central dos processos sociais.

Na área da Economia o conceito de Economia da Cultura, elaborado nos anos de 1960, vem gerando discussões sobre sua abrangência e ganhando espaço. Com isso, autores e instituições têm se debruçado sobre a dimensão econômica dos setores culturais. Influenciado pela perspectiva de aplicação direta da análise econômica para a cultura e para as artes, Lins (2003) define a Economia da Cultura como um conjunto de atividades relacionadas com a gestão e a comercialização de bens e serviços culturais, considerando-se a ótica de produção.

Tal abordagem da Economia da Cultura com base numa análise eminentemente economicista é confrontada com a perspectiva do desenvolvimento sustentável e de democratização da cultura em diferentes esferas, cujas ideias não reverberam na perspectiva da exploração da cultura como um bem de consumo disponível para poucos.

Para a UNESCO, Economia da Cultura

refere-se à criação, produção, e comercialização de conteúdos que são intangíveis e culturais em sua natureza. Estes conteúdos estão protegidos pelo direito autoral e podem tomar a forma de bens e serviços. São indústrias em trabalho e conhecimento e que estimulam a criatividade e incentivam a inovação dos processos de produção e comercialização (INFORME..., 2004).

Apesar dessa área se propor a promover ações e práticas cujo significado cultural e socioeconômico é crescente, muitos autores ainda ressaltam a carência de estudos sistemáticos que envolvam a interação entre Cultura e Economia.

Considerando esta lacuna, o presente estudo busca fazer um breve resgate histórico e crítico da construção do conceito de Economia da Cultura, bem como uma análise dos dados sobre o mercado de trabalho formal nos setores que fazem parte da Economia da Cultura no estado de Santa Catarina. Para tanto, o artigo está dividido em quatro seções, além dessa breve introdução. A primeira seção apresenta o debate conceitual sobre Economia da Cultura, dialogando entre a abordagem neoliberal, predominante dentro do campo da Economia da Cultura, e a abordagem crítica da Teoria da Cultura. A segunda seção identifica e problematiza os diferentes setores de atividades englobadas pela Economia da Cultura. Na terceira seção é analisada a trajetória do emprego formal na Economia da Cultura no estado de Santa Catarina, seguido por um levantamento empírico do mercado formal de trabalho

catarinense na área da cultura, avaliando a evolução e o atual estágio de qualificação deste mercado. Na quarta e última seção são discutidas as tendências e os problemas específicos do setor cultural no estado de Santa Catarina, momento em que também são apresentadas as principais tendências do mercado formal de trabalho no referido setor.

I – ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE ECONOMIA DA CULTURA

Nesta seção será apresentada a construção social do conceito de Economia da Cultura discutindo-se aspectos históricos e a abordagem neoclássica de Economia da Cultura, corrente teórica que incorporou a questão cultural na perspectiva da economia capitalista. Deste modo, destaca-se inicialmente a perspectiva da Economia da Cultura neoclássica que se baseia em conceitos dessa corrente denominados por Pithon (2013, p. 18) como “a preferência do consumidor, a escassez relativa dos recursos, a ação limitada do Estado, a substitutibilidade perfeita entre capital, trabalho e recursos culturais, o equilíbrio através dos mecanismos de mercado e a internalização das externalidades”.

Diante dessa abordagem prevalecente, julga-se importante apresentar também algumas abordagens críticas no campo da cultura, as quais foram sendo desenvolvidas a partir da discussão da indústria cultural e de uma perspectiva contemporânea da Economia da Cultura para além da abordagem convencional. Por fim, a partir dessa discussão, pretende-se levantar alguns desafios para a construção do conceito de desenvolvimento sustentável e suas implicações para o campo cultural.

1.1. O mainstream e a construção social da Economia da Cultura

Até muito recentemente, a cultura não havia despertado qualquer interesse nos pesquisadores do campo da Economia. Benhamou (1997) afirma que quando a aproximação entre estes dois campos ocorria, ela era mais um interesse sobre o particular mundo das artes, sem a intenção de investigar qualquer aspecto relacionado com a dimensão econômica.

De Smith e Ricardo, fundadores da economia política clássica, passando por todo o século XIX e chegando até meados do século XX, as poucas aproximações dos economistas sobre o campo da cultura pincelaram a dita ‘alta cultura’ (as belas artes, a literatura e as artes chamadas performáticas – teatro, dança, ópera e música clássica).

As primeiras relações estabelecidas sobre cultura no campo da Economia ‘pura’ consideram a cultura como um bem tangível e comercializável, sob uma análise eminentemente economicista. Nesta perspectiva, concebe-se que as análises econômicas permitem compreender melhor os fenômenos culturais de modo a explicar sua evolução de forma mais eficiente. Apesar dessa visão que se tornou prevalecente, ressalta-se que a obra intitulada ‘Princípios da Economia’, de Alfred Marshall, já em 1891, destacava a impossibilidade de valoração das obras de arte, pois o autor as considerava objetos únicos no seu gênero e que não possuíam equivalentes ou concorrentes.

Mesmo como uma área ainda considerada desqualificada, a perspectiva da cultura como um bem econômico, ou a “culturalização da economia”, como definem Lash e Ury (1994, p. 34), permeia cada vez mais os estudos da Economia. Esta virada cultural atinge muitas instituições formais da Economia e fomenta diferentes níveis de análises econômicas.

Tolila (2007) enfatiza a importância de analisar a cultura do ponto de vista da Economia. Para este autor a dimensão econômica do setor cultural pode funcionar como uma alavanca para a cultura. A Economia seria como “uma arma de que o setor cultural deve se apossar para melhorar sua própria visão das coisas, defender suas escolhas e sua existência, participar de maneira ativa do seu desenvolvimento futuro” (TOLILA, 2007, p.19)..

Em termos históricos pode-se dizer que a discussão sobre Economia da Cultura é recente no sentido de considerar a cultura como um campo de investigação econômico. Ela toma fôlego nos últimos cinquenta anos apesar de no fim do século XIX e, sobretudo no século XX, ela já ter incorporado as normas de consumos correntes. É só a partir daí que ela passa a receber a devida atenção dos economistas. Após um primeiro estudo intitulado ‘A Arte e a Economia’, publicado em 1910 por uma revista alemã e tido como primeiro estudo formal de Economia da Cultura, surge o estudo de Baumol e Bowen (1966) sobre o espetáculo ao vivo que deu forças ao conceito e referendou todos os trabalhos subsequentes de Economia da Cultura.

Valiati e Florissi (2007) sustentam que Baumol e Bowen discutem pela primeira vez o paradoxo do crescimento mundial da produtividade com base no avanço tecnológico *versus* a estagnação tecnológica que permeia as artes performáticas, uma vez que este setor e o setor artístico cultural em geral são formados por atividades intensivas em trabalho.

A discussão é considerada persistente até hoje, uma vez que atividades culturais tais como cinema, música e artes visuais são impactadas pelos avanços e por mudanças tecnológicas. Porém existe toda uma gama de atividades que não são fortemente modificadas por esses avanços.

Seguindo essa mesma linha, Poovey (2010) defende que a Economia Cultural examina instituições, práticas e textos como entidades culturais, explora as dimensões econômicas de práticas e produtos culturais, bem como investiga as maneiras que esses cruzamentos influenciam os diferentes formatos sociais, como por exemplo as formas de governo. A autora parte do princípio de que a cultura não pode ser separada de outros dois conceitos que organizam a sociedade: a economia e o social.

A dimensão econômica da cultura ganhou forças na maior parte da região latino-americana com a recente instalação, nos anos 1990, das chamadas políticas neoliberais gerando grande impacto nas indústrias locais. Negri e Cuoco (2006, p. 12) enfatizam que nos dias de hoje, “a cultura não tem só um expressivo peso econômico”. É a própria “Economia como um todo que depende cada vez mais, em seu conjunto, das dimensões culturais.” (NEGRI; CUOCCO, 2006).

Para Florissi e Waldemar (2007) a cultura em si é a realização de atividades por um grupo que possui, nas palavras dos autores, “valores comuns”. Segundo Valiati (2007), o ramo da ciência economia que pode ser definido como Economia da Cultura é um instrumento analítico eficiente para entender os efeitos econômicos da atividade cultural, compreendendo cultura como um campo não só qualitativo como também quantitativo. Nessa perspectiva, o setor cultural amplia o âmbito da análise econômica quando agrega à lógica do valor de troca e suas variáveis a perspectiva do valor intrínseco, expandindo as variáveis quantitativas do setor.

A corrente dominante nas discussões da Economia da Cultura vem então se apoiando nos preceitos da teoria econômica neoclássica, preponderante em termos de aplicação e uso da relação entre economia e diferentes temáticas (meio ambiente, cultura, qualidade de vida, entre outras).

Segundo Thorsby (2001), existe um impulso que leva a atividade cultural a possuir valores diferentes dos bens normais. Pelo fato dos bens culturais serem escassos, é necessário a criação de um sistema regulatório que preserve suas características para que seu uso possa ser feito adequadamente ao longo do tempo. Essa é, segundo este autor, uma importante conexão entre a Economia da Cultura e a Economia do meio ambiente que igualmente pressupõe a ideia do desenvolvimento sustentável.

Para Florissi e Waldemar (2007), ambas as áreas de estudo, a cultura e o meio ambiente, necessitam da implementação dessa ideia, sendo essencial a elaboração de cálculos para que haja uma equidade na utilização dos recursos disponíveis, sem que se prejudique a eficiência econômica da sociedade.

Nesta visão, a criação de taxas para preservar ao máximo a diversidade dos bens é um recurso usado recorrentemente. A valoração econômica de um bem cultural dentro da ótica sustentável coloca que o consumo de um determinado bem tem que satisfazer a geração atual sem comprometer as necessidades de futuras gerações. Ou seja, o consumo dos bens culturais deve variar dentro desta noção de sustentabilidade³.

Partindo-se da “transformação da cultura em recurso”, Yúdice (2004) considera a expansão da cultura para outras esferas da vida social, como a política e a Economia, e sugere “uma abordagem da questão da cultura de nosso tempo, caracterizada como uma cultura de globalização acelerada, como um recurso”, “recurso” no sentido de “reserva disponível” (YUDICE, 2004, p.25).

A racionalidade econômica que esse autor se refere pode ser comparada à racionalidade ecológica a qual assume que a cultura e o meio ambiente necessitam de uma elaboração de cálculos para que haja uma equidade na utilização dos recursos disponíveis e para que a eficiência econômica da sociedade não seja prejudicada. Compreender a cultura - e o meio ambiente - como ‘recursos’ possibilita a aplicação dessa ótica neoclássica de conservação, valoração e tangibilização dos bens culturais.

1.2 Uma abordagem crítica à interpretação convencional da economia da cultura

Para construir uma abordagem crítica a esse respeito serão sistematizadas discussões de autores que se opõem a perspectiva convencional da Economia da Cultura, de forma semelhante que ocorre nos temas relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

O estabelecimento de relações consistentes entre cultura e economia pode apresentar diferentes ênfases. Na ótica apresentada no item anterior, ela caminhou para uma direção de valoração e tangibilização dos bens culturais. Essa ótica é a predominante no pensamento econômico, o do paradigma *mainstream* que coloca os bens culturais como aqueles que, além de possuírem valor cultural, geram valor econômico.

É essencial encarar neste momento o desafio de analisar os bens culturais de forma diferenciada de outras mercadorias e de construir o que a UNESCO chama de contribuição da cultura para o desenvolvimento de uma sociedade:

³ Ressalta-se que esta específica noção de sustentabilidade não é consensual e, por isso, a discussão de desenvolvimento sustentável será aprofundada a seguir, com o intuito de reavaliar as premissas assumidas por Florissi e Waldemar (2007).

Em seu sentido mais amplo, a cultura pode, hoje, ser considerada como o conjunto de traços distintivos, espirituais e materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade ou grupo social. Ela engloba, além das artes e das letras, os modos de vida, os direitos fundamentais do ser humano, os sistemas de valores, as tradições e as crenças. (UNESCO, 1982, p.39)

De acordo com a definição da UNESCO (1982), serão indústrias culturais as estratégias que combinem a criação, produção e comercialização de conteúdos de natureza intangível e cultural. Estes conteúdos estão tipicamente protegidos por direitos de autor e reconduzem-se a atividades que permitem produzir, distribuir e colocar no mercado bens e serviços culturais.

Segundo Miguez (2007), o surgimento e o desenvolvimento da indústrias cultural utiliza a mesma lógica de aplicação dos processos industriais à criação artística e cultural. Essa evolução, pressentida e criticada por Walter Benjamin desde 1935, foi posteriormente estruturada teoricamente por sociólogos neomarxistas da Escola de Frankfurt (Adorno, Horkheimer).

A indústria cultural, tal como desenvolvido pela Escola de Frankfurt, tem como perspectiva o fato de que tudo o que é produzido por ela é considerado integralmente mercadoria, tal como Marx a define – a unidade de valor de uso e valor de troca. Segundo Machado (2009), para os neomarxistas, a produção de cultura na sociedade capitalista obedeceria aos mesmos princípios da produção econômica em geral, isto é, aqueles associados à lógica comercial, portanto, ao lucro. Nesta mesma direção Canclini coloca que

(...) a expansão econômica propiciada pelas indústrias culturais não beneficia equitativamente a todos os países, nem regiões (...) a globalização cultural não é um ramo da engenharia genética, cuja finalidade seria reproduzir em todos os países clones” (CANCLINI, 2003, p. 28).

Furtado (2000) expande a noção de desenvolvimento para a dimensão cultural, incluindo os valores das coletividades e os sistemas simbólicos que constituem a cultura. A partir do processo de desenvolvimento das forças produtivas, Borja (2009) ressalta a análise do subdesenvolvimento feita por Furtado como contribuição para conhecer as características da infraestrutura econômica de um determinado sistema nacional e para, posteriormente, interpretar a interação desta como a superestrutura política, cultural e ideológica.

Na medida em que se está compreendendo que o subdesenvolvimento é a manifestação de complexas relações de dominação-dependência entre os povos, e que tende a autoperpetuar-se sob formas cambiantes, as atenções

tenderam a concentrar-se no estudo dos sistemas de poder e suas raízes culturais e históricas (FURTADO, 1983 *apud* BORJA, 2009, p. 12)

Segundo Borja (2009), em seu interior, o sistema de cultura discutido por Furtado abarca relações entre a cultura material e a cultura não-material, onde a cultura material seria composta pelos bens utilizados tanto para consumo quanto para produção; e a cultura não-material residiria nas relações sociais de produção, na organização política e social, nos costumes, na religião, etc.

O que existe de fundamental e comum aos dois modelos é a constatação de que, sendo a cultura um conjunto de elementos interdependentes, toda vez que em determinadas condições históricas avança a tecnologia e se desenvolvem as bases materiais, todos os demais elementos serão chamados a justar-se às novas condições, ajustamentos estes que darão origem a uma série de novos processos, com repercussões inclusive sobre a base material (FURTADO, 1983 *apud* BORJA, 2009, p. 56)

Além de uma arena importante para o desenvolvimento, Faria (2000) complexifica ainda mais a discussão ao apontar a cultura como componente da qualidade de vida e sinalizar a ideia de cidadania cultural, ou seja, a cultura como agente, como direito de pertencer, de criar, de fruir a cultura, de participar nos processos culturais e de participar das decisões de política cultural e social, de ocupar culturalmente os espaços e de integrar definitivamente as políticas sociais, transformando assim o *status quo*.

Segundo Chauí (2008), as políticas sociais (de afirmação dos direitos econômicos e sociais, contra o privilégio) e as políticas culturais (de afirmação do direito à cultura, contra a exclusão cultural) tem o potencial de constituir a verdadeira revolução democrática no Brasil.

Deve-se, portanto, caminhar na direção de um modelo que priorize um modo de tornar a cultura acessível e alcançável diluindo possíveis fronteiras sociais entre a massa e a elite. A privatização da produção cultural possibilita que as instituições culturais sejam gerenciadas como empreendimentos por grupos financeiros e imobiliários e o aparelho público da cultura se torne um trampolim para alavancar operações de grande poder econômico. A oportunidade que esse processo gera para o setor cultural seria fomentar processos opostos baseados em participação, negociação e troca entre parceiros em vez de prestação de serviços a altos custo (PEIXOTO, s/d).

Para Faria (2000), o debate público sobre o desenvolvimento tem levado a se compreender a cultura como componente da qualidade de vida e cenário fundamental onde o próprio desenvolvimento acontece. A Cultura é hoje um segmento cada vez mais importante para o desenvolvimento integrado das sociedades e para o crescimento econômico

propriamente dito, comparecendo nesse novo cenário como importante segmento produtor e empregador nas áreas de bens e serviços, quanto como setor capaz de qualificar a nova mão-de-obra requerida pelo setor (BALABAN, 1998).

Para que se alcance um fortalecimento da área cultural que dialogue com o que vem sendo proposto até então é preciso progredir na relação entre cultura e sustentabilidade para garantir a habilidade do setor cultural de apoiar o desenvolvimento sustentável e inclusivo e para que a cultura torne-se uma das chaves para o marco de desenvolvimento. Torna-se essencial reconhecer o papel da cultura para todos, mesmo aqueles que não tem acesso pleno à educação. A cultura deve ser protegida como um bem intangível, não mensurável por parâmetros economicistas e como uma parte criativa da identidade nacional. A cultura pode ajudar a promover a participação, a elaborar um modelo de desenvolvimento mais equilibrado e significativo para toda população, como reforça Irina Bokova, diretora-geral da Unesco.⁴

Gentino (2007) mostra que avaliar a incidência da cultura na Economia, no emprego, nos intercâmbios regionais e internacionais – além de na própria cultura – representa um desafio teórico, metodológico e político bastante complexo. Este é um processo que se encontra em suas etapas iniciais de desenvolvimento, ainda com escassos antecedentes legitimados. A volta da discussão em torno do desenvolvimento é muito bem-vinda. Parece ter-se esgotado a hegemonia de um pensamento eminentemente economicista .

A ideia de desenvolvimento sustentável foi construída a partir de distintas perspectivas, em contraponto à visão tradicional de desenvolvimento herdada do século XIX, que privilegia o crescimento econômico e a industrialização como sinônimos de desenvolvimento, desconsiderando o caráter finito dos recursos naturais e a exclusão social. Assim sendo, o desenvolvimento sustentável resgata as premissas da equidade social; da distribuição de riquezas; do fim da exploração dos seres humanos; da eliminação das discriminações por gênero, etnia, geração ou qualquer outra; da garantia de direitos à vida, à felicidade, à saúde, à educação, moradia, cultura, emprego e envelhecimento com dignidade; da democracia plena, além da responsabilidade ecológica e da participação cidadã como partes indissociáveis do desenvolvimento (RELATÓRIO BRUNDTLAND apud AZEVEDO; RIGON, 2015)

⁴ Informações disponíveis em: *GA Thematic Debate: Culture Deserves Recognition in the Post-2015 Agenda (5 May). 2014.*: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/cultura-and-development/culture-in-sustainable-development/> e http://www.un-ngls.org/spip.php?page=article_s&id_article=4441 Acesso em: 7 ago 2014.

Apesar do avanço da proposta da sustentabilidade contrapondo-se à perspectiva economicista do desenvolvimento, não se ignora a discussão⁵ que questiona a perda do sentido e do impacto desse termo, bem como a sua indevida incorporação por iniciativas e instituições públicas e privadas que se distanciam consideravelmente da necessidade de implementar transformações estruturais, essenciais para o alcance de um mundo realmente sustentável e viável para a humanidade.

A aceitação de que os bens culturais possuem valores diferentes dos bens normais e são escassos criou uma polêmica associação entre Economia da Cultura e a Economia do meio ambiente pressupondo uma ideia de desenvolvimento sustentável que se opõe a concepção de desenvolvimento que estamos apresentando aqui. A partir do momento em que se coloca como necessária a criação de um sistema regulatório para a sua ‘adequada’ utilização, abre-se para debate a indagação de até que ponto a criação de taxas para preservar diversidade dos bens é um recurso positivo. Se o consumo dos bens culturais deve variar dentro desta noção de sustentabilidade deve ficar claro que tipo de noção é essa.

Pithon (2013) se debruça sobre a Economia ambiental neoclássica que incorpora a questão ambiental dentro do arcabouço da economia capitalista dominante, cujo objetivo é estabelecer uma forma de valoração dos ativos ambientais. Tal lógica neoclássica não admite que a finitude dos recursos naturais seja uma restrição à expansão econômica e enfatiza a “substitutibilidade perfeita entre capital, trabalho e recursos naturais”. Ou seja, sob essa perspectiva o progresso técnico assume o papel de transgressor de limites ao substituir recursos naturais por capital, trabalho e progresso científico e tecnológico (ROMEIRO, 2003 apud PITHON, 2013, p. 34).

Transferindo essa discussão para a área da Economia da Cultura, algumas considerações podem ser feitas. Assim como os recursos ambientais, a valoração da cultura não pode ser realizada sob uma ótica produtivista, quantitativa e numérica que ignora dinâmicas de finitude e erosão cultural. Nenhuma tecnologia pode ser capaz de resgatar bens culturais extintos e/ou padronizados definidos por classes hegemônicas. Para Furtado (1987, p. 28), uma vez estabelecida uma hegemonia, essa “passaria a nortear os valores culturais e ideológicos, consolidados como expressão da identidade nacional e do interesse comum”.

⁵ Menção ao Relatório “*Estado do Mundo 2013 - a sustentabilidade ainda é possível?*” disponível em: <http://www.akatu.org.br/Cntent/Akatu/Arquivos/file/EstadodoMundo2013web.pdf> Acesso em: 5 Fev 2014 e a Nascimento (2012) que questiona o que chama de visão neoliberal incorporada pelo Desenvolvimento Sustentável (DS) que postula a retirada de cena do Estado no que concerne ao fomento da competitividade no mercado. O autor sugere a proposta de Ecodesenvolvimento (EcD)

Para Vieira (2006), a cultura aparece também transpassada pelo conceito neoliberal de produto ou ferramenta para amenizar problemas sociais e econômicos, sob a perspectiva de mercado em expansão e geração de renda, do qual surgirão novas formas de comércio e de emprego como setor capaz de qualificar uma nova forma de mão-de-obra. Porém, o autor discute se o direito à cultura deve nascer com o cidadão, “a universalidade cultural atualmente defendida por vários teóricos realmente permite uma manifestação livre da cultura em seu sentido mais amplo ou restringe-se a um uso controlado por aqueles que detêm o poder?”(VIEIRA, 2006, p. 5).

Assim, através da exposição da idéia de diferentes autores, buscamos subsídios para embasar uma crítica sob a perspectiva neoclássica da cultura e do enfoque neoliberal sobre desenvolvimento sustentável, cuja visão estreita de desenvolvimento exerce grande pressão sobre estruturas tradicionais e sobre conhecimentos e práticas culturais de povos tradicionais, recorrentemente excluídos desse enfoque.

A centralidade da cultura nos processos sociais contemporâneos indica uma grande área de convergência nas reflexões sobre o papel que os atores culturais – artistas, pesquisadores, criadores, intelectuais, dirigentes, empresários, funcionários públicos – estão desempenhando hoje no setor cultural.

Nesse sentido, Ferron (2000) acrescenta que a cultura será mais valorizada, melhor avaliada e receberá maiores recursos quando gerida de maneira a agregar valor à vida, agregar conhecimentos, conduzir à formação de um novo cidadão, mais apto e disposto a enfrentar desafios. Atualmente, a discussão do direito à cultura está superada, a questão que se coloca é a condição do sujeito ao acesso e à fruição culturais. O direito à cultura, numa sociedade minimamente civilizada, nasce com o indivíduo e deve, portanto, ser atributo natural (VIEIRA, 2006).

II – DELINEAMENTO DOS SETORES DE ATIVIDADES ENQUADRADOS NA ECONOMIA DA CULTURA

Para construção desta seção foram analisadas as informações contidas no Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC) 2007-2010. Esta é a terceira publicação da parceria firmada em 2004 entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Ministério da Cultura (Minc) e o Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão (MPG). Os outros dois trabalhos elaborados por estas instituições foram referentes ao período de 2005-2007 e ao ano de 2003.

Para Santana e Souza (2001), as atividades culturais incluem-se entre aquelas cuja demanda apresenta uma elevada elasticidade-renda, sendo elas ao mesmo tempo fortes criadoras de emprego e fracas consumidoras de divisas. Assim é de extrema relevância o suprimento da carência de informações sobre o setor cultural, até hoje considerado de pouca relevância econômica.

O IBGE parece caminhar nessa direção ao estabelecer um mapeamento cada vez mais claro da delimitação dos setores culturais no Brasil. De modo a manter-se atualizado com o padrão internacional de classificação e com as mudanças no sistema produtivo das empresas, a partir de 2007 o Brasil passou a adotar uma nova Classificação Nacional de Atividades Econômicas, a CNAE 2.0. Isso impactou na redefinição do âmbito cultural, uma vez que proporcionou maior nível de desagregação das atividades econômicas.

Com a utilização da nova CNAE 2.0 estabeleceu-se um total de 74 atividades culturais (diretamente ou indiretamente relacionadas à cultura) que começam a dar forma para a constituição de um mapa mais detalhado da situação da cultura no país.

Apesar da delimitação apresentada por essa nova metodologia contar um número muito elevado de atividades que inicialmente parecem não se enquadrar como atividades do setor cultural, deve ficar claro que o objetivo de tal metodologia adotada pelo IBGE foi incluir atividades que, mesmo que indiretamente, estão relacionadas com a produção cultural.

Segundo o SIIC 2007-2010, a principal mudança ocorrida com a utilização da nova CNAE 2.0 foi a introdução de novas categorias nos níveis mais agregados que refletem a inserção de atividades novas como as tecnologias de informação e comunicação, que transformaram radicalmente a cultura e as maneiras de acessá-la, e que estão presentes em novas seções, divisões, graus e classes que se referem às atividades de informação e comunicação (Seção J) e Artes, cultura, esporte e recreação (Seção R) e, incorporam informações mais desagregadas das atividades de editoração, cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão, gravação de som e edição de música, rádio e televisão, atividades artísticas, criativas e de espetáculos, arquivos, museus, bibliotecas.

Assim houve uma ampliação das atividades que compõem o setor cultural com a inserção de novas classes e realocação de outras. E, mesmo com a nova versão da CNAE 2.0, ainda persistem a limitação e a dificuldade de desagregação de certas atividades de modo a separar as atividades culturais de outras que não têm as mesmas características (IBGE, 2013).

O SIIC 2007-2010 considera a atividade econômica cultural como sendo toda atividade realizada por empresas que produzem, pelo menos, um produto relacionado à

cultura. Isso explica por que grande parte das atividades relacionadas ao setor cultural parece, à primeira vista, não apresentar qualquer relação com o setor da economia da cultura.

Para agrupar as atividades consideradas como econômicas culturais foi feita uma análise de cada uma das 673 classes da CNAE 2.0 (a CNAE 1.0 possuía 581 classes). As atividades econômicas de natureza industrial, comercial e de serviços que produzem bens e serviços relacionados à produção cultural foram delimitadas dentro dessa nova classificação.

A nova classificação engloba as atividades ligadas à produção dos bens “que conferem tangibilidade à produção cultural e que possibilitam a sua comercialização”. (IBGE, 2013, p. 16). Como exemplo de produção temos a atividade de reprodução de materiais gravados. Já exemplos de atividades de comércio temos a venda de equipamentos de informática e comunicação e artigos de atividades diretamente relacionadas à cultura (comércio varejista de instrumentos musicais, livros, jornais, revistas, discos, CDs, DVDs, joias, artigos usados, etc.). O IBGE também considera as atividades que, apesar de fazerem parte do processo de produção, não estão diretamente relacionadas à cultura (peças para equipamentos de informática, de escritório, de telefonia e comunicação, entre outros).

A tabela 1 (anexo 1) apresenta a relação completa e a descrição das 74 atividades consideradas como culturais, estruturadas de acordo com as seções da CNAE 2.010: Indústrias de transformação (C), Comércio; reparação de veículos automotores, objetos pessoais e domésticos (G), Informação e comunicação (J), Atividades profissionais, científicas e técnicas (M), Atividades administrativas e serviços complementares (N), Educação (P), Artes, cultura, esporte e recreação (R) e Outras atividades de serviços (S) (IBGE, 2013, p. 17).

III – ANÁLISE DO COMPORTAMENTO DO MERCADO FORMAL DE TRABALHO NO SETOR CULTURAL CATARINENSE

Esta seção irá analisar o comportamento do mercado de trabalho formal da economia da cultura no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI. De acordo com dados da Tabela 1, observamos que no período considerado o número de PFT da área da cultura passou de 49.498 PFT, em 2006, para 78.614 PFT, em 2013, caracterizando um aumento de 29.116 PFT.

Isso significa que os postos formais de trabalho da área cultural cresceram a uma taxa média de 5,98% ao ano (para o período de 2006 a 2013) contra a uma taxa média estadual de 5,59% ao ano (para o período de 2000 a 2013). O setor cultural cresceu acompanhando o

crescimento de empregos formais de Santa Catarina, o que indica uma forte expansão destes setores, que acompanham a tendência de crescimento estadual e nacional.

Tabela 01 - Distribuição dos PFT em SC segundo total de atividades econômicas da área cultural entre 2006 e 2013.

Ano	Total
2006	52.896
2007	54.245
2008	57.985
2009	66.493
2010	66.927
2011	71.093
2012	74.652
2013	79.006
Taxa % a.a.	5,98%

Fonte: Rais /MTE

A tabela 2 (anexo) mostra a distribuição dos empregos formais nos diferentes setores que compõem a Economia da Cultura em Santa Catarina entre 2006 e 2013. Neste período alguns setores aumentaram os vínculos formais, enquanto apresentaram crescimento negativo. Também é interessante notar que os setores que apresentaram crescimento mais representativo dentre o total das 72 atividades culturais (diretamente ou indiretamente relacionadas à cultura) são justamente as atividades que não apresentam relação direta com a cultura, mesmo sendo consideradas pelo IBGE como atividades diretamente relacionadas a ela.

Podemos dividir a análise em três faixas diferentes de crescimento. Assim, dentre os 72 setores delineados como atividades culturais, 22 deles cresceram acima de 10% ao ano (atividades tarjadas em verde). Já os setores que se situam entre uma faixa de crescimento negativa e de até 10% de crescimento ao ano totalizaram 25 setores (atividades tarjadas em laranja). Aqueles que apresentaram um crescimento negativo somaram 25 setores (atividades tarjadas em vermelho), sendo que dois deles apresentaram crescimento zero para o período (atividades tarjadas em azul).

Com um crescimento médio de 43,59% entre os anos de 2006 e 2013, o setor de edição de revistas foi o que alcançou maior crescimento durante o período. Logo atrás está o setor de desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com um crescimento de 43,30% ao ano, e os setores de Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet, que cresceram a 42,43% ao ano. Em quarto lugar está o

setor de ensino de arte e cultura, que cresceu 30,94% ao ano. Porém, ressalta-se que destes quatro setores apenas o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis é considerada pelo IBGE como atividade indiretamente ligada à cultura, sendo todas as demais atividades diretamente ligadas à cultura.

Porém, o que deve ser ressaltado é que mesmo enquadrados nessa definição, estes outros setores que lideram as taxas de crescimento dos PFT de trabalho do setor cultural pouco parecem se conectar à cultura. Com exceção do setor de Ensino de Arte e cultura, todos os demais não apresentam, à primeira vista, grandes relações com a cultura.

Já o setor que apresentou o maior crescimento negativo do período, -44,60% ao ano, foi o de Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos. Este setor teve uma trajetória interessante. Iniciou 2006 com um número absoluto de 36 PFT, quadruplicou seus postos formais de trabalho para 120 empregados formalizados em 2008 e chegou a meros 6 PFT em 2013. Movimentos diferentes ocorreram com os setores de Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão e o de Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental. Ambos apresentaram uma diminuição gradativa de seus PFT, o que levou a um crescimento negativo para o período de 27,09% e 26,11% ao ano, respectivamente.

Entre as atividades que apresentaram um crescimento dos PFT entre esses dois extremos, crescendo entre 0 e 10% ao ano, estão os setores de Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria; Atividades de rádio; Serviços de arquitetura e a atividade de Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet, com crescimentos anuais de 2,16%, 5,39%, 7,62% e 9,65%, respectivamente.

Apesar da delimitação apresentada na seção anterior apresentar um número muito grande de atividades que inicialmente não se parecem com atividades do setor cultural, deve ficar claro que o objetivo da metodologia adotada pelo IBGE foi incluir atividades que, mesmo indiretamente, estão relacionadas à produção cultural. Isso significa dizer que são atividades que não necessariamente invocam a cultura em sua essência, mas que de alguma forma estão presentes no processo de criação e produção ou disseminação cultural.

Assim, de forma a aprofundar a análise da situação do setor cultural catarinense, a tabela 3 apresenta uma distribuição dos postos formais de trabalhos segundo o gênero. Inicialmente observa-se que é cada vez mais nítido o processo de inserção da mulher no mercado formal de trabalho, processo que vem ocorrendo a nível estadual e nacional.

Enquanto os postos formais masculinos cresceram a uma taxa de 5,75%, os postos femininos alcançaram uma variação anual média de 6,23% ao longo do período considerado.

Este dado revela a tendência que vem crescendo nos últimos anos de maior feminilização do trabalho, sendo que as mulheres estão cada vez mais inseridas na busca por melhores empregos. O setor cultural catarinense vem acompanhando este movimento.

A participação feminina no mercado formal de trabalho da área da cultura passou de 47,99% em 2006, para 48,14%, em 2013 (ver Anexo A), ao mesmo tempo em que a participação masculina caiu de 52,00% para 51,18%, respectivamente. A mudança de composição na estrutura do emprego formal derivada por condicionantes econômicos que levaram às mulheres a buscar maior participação na renda familiar, parece atingir também o setor cultural catarinense.

Tabela 03: Distribuição dos PFT em SC da área cultural segundo Gênero entre 2006 e 2013.

Ano	Masculino	Feminino	Total
2006	27507	25389	52896
2007	27807	26438	54245
2008	29510	28475	57985
2009	35146	31347	66493
2010	34210	32717	66927
2011	36181	34912	71093
2012	37886	36766	74652
2013	40440	38566	79006
Taxa % a.a.	5,75%	6,23%	5,98%

Fonte: Rais /MTE

IV – CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estabelecimento de relações consistentes entre cultura e economia pode apresentar diferentes ênfases. Para construir uma abordagem crítica foram destacadas discussões que envolvem autores que se opõem à perspectiva convencional da Economia da Cultura, da mesma maneira que vem ocorrendo em temas relativos ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. Ficou constatado que a perspectiva de cultura convencional é falha no sentido de que, assim como aconteceu com a economia do meio ambiente, ela não consegue abordar o panorama econômico social como um todo.

Assim, pode-se afirmar que para alcançar um fortalecimento da área cultural faz-se necessário desenvolver a relação entre cultura e sustentabilidade para garantir a habilidade do setor cultural de apoiar um desenvolvimento pleno e inclusivo para que a cultura se torne

um dos elementos chave para mobilizar e atingir tal desenvolvimento.

No caso brasileiro, se observou que mesmo com a nova versão da CNAE 2.0, ainda persistem limitações e dificuldades de desagregação de certas atividades de modo a separar as atividades culturais de outras que não têm as mesmas características, fato que dá ao setor cultural certo distanciamento das atividades artísticas e culturais que possuem a criatividade em sua essência.

A análise dos dados do mercado de trabalho formal em Santa Catarina desse setor apontou diversas considerações, principalmente no que tange às modificações setoriais e de qualificação do trabalhador. Essa nova configuração do mercado formal de trabalho, além de ser condizente com a dinâmica econômica geral, reflete parte da reestruturação produtiva por que passou o estado diante das exigências de um mercado mais competitivo. Assim, o aumento em termos absolutos dos postos formais de trabalho entre 2000 e 2013 é condizente com a atual conjuntura no mercado de trabalho em âmbito nacional e mundial.

O mercado de trabalho catarinense das atividades culturais seguiu de perto as transformações delineadas em âmbito geral. No entanto, vale lembrar que o crescimento observado dos postos formais de trabalho ao longo desses oito anos analisados parece ainda não ter proporcionado uma melhoria das condições de trabalho e de remuneração dos trabalhadores. Mesmo os postos de trabalho das atividades culturais criados dentro do mercado formal parecem ser direcionados a setores com baixa remuneração e exigentes quanto à qualificação e experiência profissional.

Espera-se que esse trabalho instigue um olhar atento sobre essa realidade laboral e que possa também mobilizar pesquisas na área, de modo a aprofundar o conhecimento sobre a realidade do mercado de trabalho cultural catarinense e suas conexões com a dinâmica desse setor no âmbito nacional. Os autores e referências aqui utilizados, ao expandirem a noção de desenvolvimento para a dimensão cultural, tornam a cultura essencial para a promoção de uma verdadeira sustentabilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AZEVEDO, E., RIGON, S. A. Sistema Alimentar com base no conceito de Sustentabilidade In: Taddei et al. **Nutrição em Saúde Pública**. 2o ed. São Paulo : Rubio, 2015[no prelo].

BALABAN, M. D. Os indicadores quantitativos da cultura. In: Weffort, Francisco e Souza, Márcio (Orgs.). **Um olhar sobre a cultura brasileira**. Rio de Janeiro: Associação de Amigos da FUNARTE, 1998.

BENJAMIN, W. **A obra de arte na era da sua reprodutibilidade técnica**. In: Obras escolhidas I. São Paulo, Brasiliense, 1985.

BORJA, B. **Cultura e Desenvolvimento no pensamento de Celso Furtado**. V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura. UFBA, Salvador, 2009.

_____. **Políticas culturales y crisis de desarrollo: un balance latinoamericano**. In: _____. (Ed.). **Políticas culturales en América Latina**. 1. ed. México, DF: Grijalbo, 1987. p. 13-61. (Enlace. Cultura y sociedad). Disponível em: <<http://centrito.files.wordpress.com/2011/06/1c.pdf>>. Acesso em: set. 2014.

_____. et al. **Políticas culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. Brasília, DF: Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco Brasil, 2003. cap. 12, p. 189-206. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001318/131873por.pdf>>. Acesso em: set. 2014.

_____. (ed.) **Políticas culturales en América Latina**. México, Grijalbo, 1987.

CHAUÍ, M. Cultura política e política cultural. **Estudos Avançados**, v.9, n.23, 1995.

_____. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. 12.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas – **CNAE: versão 1.0**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. em: <<http://www.ibge.gov.br/concla>>. Acesso em: maio. 2014.

CLASSIFICAÇÃO nacional de atividades econômicas - Domiciliar – **CNAE-Domiciliar**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/concla/cnaedom/cnaedom.php?sl=1>>. Acesso em: maio. 2014.

FARIA, H. O desenvolvimento cultural como desafio. In: FARIA, Hamilton e FEIJÓ, Martin Cezar. As políticas culturais da globalização. In: BRANT, Leonardo (Org.) **Políticas culturais** (vol. 1). Barueri, SP: Manole, 2003.

FURTADO, C. **Cultura e Desenvolvimento em época de crise**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. **Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

_____. **Dialética do Desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1964.

_____. **O capitalismo global**. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000b. Introdução ao desenvolvimento: enfoque histórico-estrutural. 3. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 2000a.

_____. Prefácio. FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Economia da cultura: reflexões sobre as indústrias culturais no Brasil**. Brasília: Ministério da Cultura, 1988. P.5-6.

GUJARATI, D. N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HORKHEIMER, M.; ADORNO, T. W.. **Dialética do Esclarecimento**: Fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

IBGE. **Sistema de Informações e Indicadores Sociais**. Estudos e Pesquisas Informação Demográfica e Socioeconômicas, Brasília: n.18, 2003.

INFORME mundial sobre a cultura, 2000: **Diversidade cultural, conflito e pluralismo**. São Paulo: Brasília: Moderna; Unesco, 2004. 416 p. Tradução de: World culture report 2000: cultural diversity, conflict and pluralism.

LASH, S.; URRY, J. **Economies of Signs and Space**. London: Sage, 1994. BAUMOL, W.J.; BOWEN.W.G. Performing arts. The economic dilemma. Cambridge: Twentieth century found, 1966.

LINS, H. N. Economia da Cultura e Ambiente Urbano: termos do debate e ensaio de análise sobre Florianópolis. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, Curitiba: n.120, p.231-256, jan./jun. 2011

LINS, H. N.; MATTEI, L. A socioeconomia catarinense no limiar do século XXI. Florianópolis: Departamento de Ciências Econômicas/UFSC, 2001. 33p. (Texto para discussão, no 08).

MACHADO, R. M. **Da Indústria Cultural à Economia Criativa**. IV Encontro Nacional de Estudos do Consumo (IV ENEC). Setembro de 2007, Rio de Janeiro, UFRRJ, UFF, CAEPM/ESPM.

MIGUEZ, P. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: MARCHIORI NUSSBAUMER, Gisele (Org.) **Teorias & políticas da cultura**. Visões multidisciplinares. Editora da UFBA, Salvador, Bahia, Brasil., 2007

_____. Alguns aspectos do Processo de Constituição do campo de estudos em Economia ds Cultura. **Comunicação e Cultura**, n.º 3, 2007, pp. 131-144 2008.

_____. Os estudos em economia da cultura e indústrias criativas. In: WOOD JR., T., et al. **Indústrias criativas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2009. Cap. 4, p. 57-68.

NASCIMENTO, M. H. (Orgs.). **Desenvolvimento Cultural e Planos de Governo**. São Paulo: Polis, 2000.

NEGRI, A., COCCO, G. **O monstro e o poeta**. Folha de S. Paulo, São Paulo, 03 de mar. 2006. Tendências/Debates.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. **Relatório Brundtland**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

PEIXOTO, N. B. **Isto aqui é um negócio**.s/d Disponível em: http://www.centrocultural.sp.gov.br/revista_dart/pdfs/dart12%20isto%20aqui%20%E9%20um%20negocio.pdf Acesso em: 6 Set 2014.

PITHON, T. **Economia Verde**: Uma nova proposta para manter o atual modelo desigual de

desenvolvimento. Monografia (graduação) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico, Graduação em Ciências Econômicas, Florianópolis, 2012.

SANTANA, S. de C. P; SOUZA, N. R. M. **Além da diversão e arte, o pão**: o mercado de trabalho da cultura na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 2001. (Cadernos do CEHC. Série Cultura, n. 1). Disponível em: <http://www.fjp.gov.br/produtos/cehc/caderno_cehc1.pdf>. Acesso em: maio. 2014

BRASIL. Ministério da Cultura. **Cultura em Números Anuário de Estatísticas Culturais**. Brasília, 2009.

THROSBY, D. **Economics and Culture**. Reino Unido: Cambridge University Press, 2001.

TOLILA, P. **Economia e cultura**. SP: Iluminuras/OIC, 2007

_____. Observatório cultural: ferramenta democrática de ação política. In: **Revista Observatório Itaú Cultural / OIC** – nº 1 (jan./abr. 2007). – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2007.

VALIATI, L.; FLORISSI, S. (orgs.). **Economia da Cultura**: Bem-estar econômico e evolução cultural. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

VIEIRA, M. M. F. **Projeto Cultura e Desenvolvimento**: Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2006.

YÚDICE, G. **A conveniência da cultura** – usos da cultura na era global. Belo Horizonte: UFMG, 2004. 615p.

ANEXOS

Tabela 01: Atividades do setor cultural da CNAE 2.0: códigos e denominações

Seção	Divisão	Grupo	Classe	Denominação	
C				INDÚSTRIAS DE TRANSFORMAÇÃO	
	18			IMPRESSÃO E REPRODUÇÃO DE GRAVAÇÕES	
		18.1		Atividade de Impressão	
			18.11-3	Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas	
			18.2	Serviços de pré-impressão e acabamentos gráficos	
			18.21-1	Serviços de pré-impressão	
			18.22-9	Serviços de acabamentos gráficos	
		18.3		Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte	
			18.30.0	Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte	
	26			FABRICAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, PRODUTOS ELETRÔNICOS E ÓPTICOS	
		26.1		Fabricação de componentes eletrônicos	
			26.10-8	Fabricação de componentes eletrônicos	
		26.2		Fabricação de equipamentos de informática e periféricos	
			26.21-3	Fabricação de equipamentos de informática	
			26.22-1	Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	
		26.3		Fabricação de equipamentos de comunicação	
			26.31-1	Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação	
			26.32-9	Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação	
		26.4		Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	
			26.40-0	Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	
		26.7		Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinemato- gráficos	
			26.70-1	Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos	
		26.8		Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	
			26.80-9	Fabricação de mídias virgens, magnéticas e ópticas	
	32			FABRICAÇÃO DE PRODUTOS DIVERSOS	
		32.1		abricação de artigos de joalheria, bijuteria e semelhantes	
			32.11-6	Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	
			32.12-4	Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	
		32.2		Fabricação de instrumentos musicais	
			32.20-5	Fabricação de instrumentos musicais	
		32.4		Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	
			32.40-0	Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	
	G				COMÉRCIO; REPARAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
		46			COMÉRCIO POR ATACADO, EXCETO VEÍCULOS AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS
			46.4		Comércio atacadista de produtos de consumo não alimentar
				46.47-8	Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
			46.5		Comércio atacadista de equipamentos e produtos de tecnologias de informação e comunicação
				46.51-6	Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática
				46.52-4	Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação
		47			COMÉRCIO VAREJISTA
			47.5		Comércio varejista de equipamentos de informática e comunicação; equipamentos e artigos de uso doméstico
				47.51-2	Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática
			47.52-1	Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	

		47.56-3	Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
	47.6		Comércio varejista de artigos culturais, recreativos e esportivos
		47.61-0	Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria
		47.62-8	Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas
	47.8		Comércio varejista de produtos novos não especificados anteriormente e de produtos usados
		47.83-1	Comércio varejista de jóias e relógios
		47.85-7	Comércio varejista de artigos usados
J			INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO
	58		EDIÇÃO E EDIÇÃO INTEGRADA À IMPRESSÃO
		58.1	Edição de livros, jornais, revistas e outras atividades de edição
		58.11-5	Edição de livros
		58.12-3	Edição de jornais
		58.13-1	Edição de revistas
		58.2	Edição integrada à impressão de livros, jornais, revistas e outras publicações
		58.21-2	Edição integrada à impressão de livros
		58.22-1	Edição integrada à impressão de jornais
		58.23-9	Edição integrada à impressão de revistas
	59		ATIVIDADES CINEMATOGRAFICAS, PRODUÇÃO DE VÍDEOS E DE PROGRAMAS DE TELEVISÃO; GRAVAÇÃO DE SOM E EDIÇÃO DE MÚSICA
		59.1	Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão
		59.11-1	Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão
		59.12-0	Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão
		59.13-8	Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão
		59.14-6	Atividades de exibição cinematográfica
		59.2	Atividades de gravação de som e de edição de música
		59.20-1	Atividades de gravação de som e de edição de música
	60		ATIVIDADES DE RÁDIO E DE TELEVISÃO
		60.1	Atividades de rádio
		60.10-1	Atividades de rádio
		60.2	Atividades de televisão
		60.21-7	Atividades de televisão aberta
		60.22-5	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura
		61	TELECOMUNICAÇÕES
		61.1	Telecomunicações por fio
		61.10-8	Telecomunicações por fio
		61.2	Telecomunicações sem fio
		61.20-5	Telecomunicações sem fio
		61.3	Telecomunicações por satélite
		61.30-2	Telecomunicações por satélite
		61.4	Operadoras de televisão por assinatura
		61.41-8	Operadoras de televisão por assinatura por cabo
		61.42-6	Operadoras de televisão por assinatura por micro-ondas
		61.43-4	Operadoras de televisão por assinatura por satélite
		61.9	Outras atividades de telecomunicações
		61.90-6	Outras atividades de telecomunicações
	62		ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
		62.0	Atividades dos serviços de tecnologia da informação
		62.01-5	Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda
		62.02-3	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis
		62.03-1	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis
	63		ATIVIDADES DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE INFORMAÇÃO
		63.1	Tratamento de dados, hospedagem na internet e outras atividades relacionada
		63.11-9	Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura

		63.19-4	Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet
	63.9		Outras atividades de prestação de serviços de informação
		63.91-7	Agências de notícias
		63.99-2	Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente
M			ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
	71		SERVIÇOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA; TESTES E ANÁLISES TÉCNICAS
		71.1	Serviços de arquitetura e engenharia e atividades técnicas relacionada
		71.11-1	Serviços de arquitetura
		71.19-7	Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia
	73		PUBLICIDADE E PESQUISA DE MERCADO
		73.1	Publicidade
		73.11-4	Agências de publicidade
		73.12-2	Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação
		73.19-0	Atividades de publicidade não especificadas anteriormente
	74		OUTRAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS, CIENTÍFICAS E TÉCNICAS
		74.1	Design e decoração de interiores
		74.10-2	Design e decoração de interiores
		74.2	Atividades fotográficas e similares
		74.20-0	Atividades fotográficas e similares
N			ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS E SERVIÇOS COMPLEMENTARES
	77		ALUGUÉIS NÃO IMOBILIÁRIOS E GESTÃO DE ATIVOS INTANGÍVEIS NÃO FINANCEIROS
		77.2	Aluguel de objetos pessoais e domésticos
		77.22-5	Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares
		77.23-3	Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios
P			EDUCAÇÃO
	85		EDUCAÇÃO
		85.9	Outras atividades de ensino
		85.92-9	Ensino de arte e cultura
		85.93-7	Ensino de idiomas
R			ARTES, CULTURA, ESPORTE E RECREAÇÃO
	90		ATIVIDADES ARTÍSTICAS, CRIATIVAS E DE ESPETÁCULOS
		90.0	Atividades artísticas, criativas e de espetáculos
		90.01-9	Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares
		90.02-7	Criação artística
		90.03-5	Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas
	91		ATIVIDADES LIGADAS AO PATRIMÔNIO CULTURAL E AMBIENTAL
		91.0	Atividades ligadas ao patrimônio cultural e ambiental
		91.01-5	Atividades de bibliotecas e arquivos
		91.02-3	Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares
		91.03-1	Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental
	93		ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE RECREAÇÃO E LAZER
		93.2	Atividades de recreação e lazer
		93.21-2	Parques de diversão e parques temáticos
		93.29-8	Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente
S			OUTRAS ATIVIDADES DE SERVIÇOS
	94		ATIVIDADES DE ORGANIZAÇÕES ASSOCIATIVAS
		94.9	Atividades de organizações associativas não especificadas anteriormente
		94.93-6	Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte

Fonte: Rais /Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2007-2010

Nota: As atividades tarjadas em cinza correspondem às atividades indiretamente relacionadas à cultura.

Tabela 02: Distribuição dos PFT em SC segundo setores de atividades econômicas da área cultural no período de 2006 a 2013 (continua na próxima página).

Ano	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Taxa % ^a
Edição de revistas	10	23	34	57	92	150	188	206	43,59%
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis	361	365	465	828	1552	3140	3972	4779	43,30%
Portais, provedores de conteúdo e outros serviços de informação na internet	21	37	67	74	172	260	326	358	42,43%
Ensino de arte e cultura	30	27	47	85	109	147	173	193	30,94%
Atividades de publicidade não especificadas anteriormente	214	288	513	550	827	768	1057	1193	23,98%
Aluguel de objetos do vestuário, jóias e acessórios	222	269	350	383	776	746	889	1026	23,42%
Telecomunicações por fio	214	939	907	599	661	1159	1327	2191	22,44%
Agências de notícias	10	14	9	16	15	24	32	41	20,11%
Atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	103	109	173	244	273	295	334	395	19,91%
Edição de jornais	101	167	235	276	302	408	396	463	19,91%
Design e decoração de interiores	49	65	38	49	129	130	142	156	19,85%
Fabricação de equipamentos transmissores de comunicação	7	5	1	2	13	5	12	15	19,54%
Comércio atacadista de componentes eletrônicos e equipamentos de telefonia e comunicação	77	92	93	141	169	177	281	267	19,52%
Operadoras de televisão por assinatura por cabo	197	336	484	600	691	697	678	825	17,58%
Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não-customizáveis	1530	1827	2518	2919	4169	4950	4963	3579	15,87%
Agenciamento de espaços para publicidade, exceto em veículos de comunicação	144	158	198	212	280	351	349	346	14,40%
Outras atividades de telecomunicações	548	487	450	4229	972	958	1119	1325	13,26%
Desenvolvimento de programas de computador sob encomenda	1839	2468	2790	3819	4290	2645	3738	5433	11,45%
Atividades de pós-produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão	15	15	9	20	22	21	24	29	11,43%
Fabricação de bijuterias e artefatos semelhantes	122	79	118	200	145	179	202	208	11,14%
Ensino de idiomas	1168	1297	1475	1570	1823	2131	2206	2293	10,27%
Comércio varejista especializado de equipamentos de telefonia e comunicação	1891	1916	1988	2202	2633	3214	3282	3395	10,01%
Atividades técnicas relacionadas à arquitetura e engenharia	517	615	753	906	886	951	993	1074	9,75%
Fabricação de periféricos para equipamentos de informática	199	249	276	267	244	284	388	465	9,71%
Tratamento de dados, provedores de serviços de aplicação e serviços de hospedagem na internet	7798	6990	7111	8869	9348	1113	1194	1385	9,65%
Atividades de exibição cinematográfica	244	321	322	333	408	436	461	468	8,91%
Serviços de pré-impressão	737	724	917	973	811	1256	1227	1320	8,90%
Telecomunicações sem fio	297	339	413	547	592	701	705	375	8,29%
Fabricação de equipamentos de informática	150	303	308	357	384	381	431	267	7,75%
Serviços de arquitetura	253	168	258	368	385	368	350	319	7,62%
Agências de publicidade	753	801	932	925	1042	1119	1168	1181	6,79%
Telecomunicações por satélite	3	11	6	6	4	12	11	5	6,25%
Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria	582	587	708	706	689	778	885	857	5,98%
Atividades fotográficas e similares	856	899	971	1118	1112	1205	1253	1208	5,61%
Fabricação de brinquedos e jogos recreativos	363	411	400	436	477	494	506	546	5,50%
Atividades de rádio	1892	2065	2201	2386	2514	2593	2732	2737	5,39%
Parques de diversão e parques temáticos	845	1002	1082	1077	1023	1101	1241	1351	5,18%
Atividades de televisão aberta	1077	1171	1199	1265	1274	1444	1477	1558	5,13%

Continua...

continuação...

Comércio varejista de artigos usados	287	270	304	306	359	378	378	327	4,06%
Comércio atacadista de computadores, periféricos e suprimentos de informática	621	729	757	745	717	738	876	896	4,01%
Artes cênicas, espetáculos e atividades complementares	435	477	510	500	608	606	584	546	3,95%
Impressão de jornais, livros, revistas e outras publicações periódicas	336	588	476	425	645	408	543	556	3,67%
Fabricação de componentes eletrônicos	906	898	982	849	968	1002	1145	1148	3,65%
Fabricação de aparelhos de recepção, reprodução, gravação e amplificação de áudio e vídeo	390	407	443	432	482	536	481	445	2,90%
Comércio varejista de jóias e relógios	1875	1897	1998	2091	2099	2116	2152	2273	2,56%
Comércio varejista de livros, jornais, revistas e papelaria	3421	3399	3603	3709	3831	3925	3916	3843	2,16%
Gestão de espaços para artes cênicas, espetáculos e outras atividades artísticas	1	1	0	3	0	3	8	9	0,00%
Atividades de museus e de exploração, restauração artística e conservação de lugares e prédios históricos e atrações similares	0	1	3	5	11	8	8	5	0,00%
Edição integrada à impressão de jornais	1661	2160	1927	1974	2064	1996	1893	1768	-0,09%
Fabricação de aparelhos telefônicos e de outros equipamentos de comunicação	1476	1530	1636	1721	1587	1572	1461	1549	-0,11%
Atividades de bibliotecas e arquivos	3	13	11	11	2	9	5	8	-0,26%
Atividades de recreação e lazer não especificadas anteriormente	1867	1654	1756	2008	1920	1985	1657	1604	-0,87%
Lapidação de gemas e fabricação de artefatos de ourivesaria e joalheria	103	109	118	67	63	52	102	111	-2,77%
Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios	595	165	180	188	228	249	257	240	-3,54%
Reprodução de materiais gravados em qualquer suporte	63	31	20	18	18	33	37	28	-3,92%
Comércio varejista especializado de equipamentos e suprimentos de informática	5211	5412	5875	6244	5488	4432	4132	4220	-4,52%
Operadoras de televisão por assinatura por microondas	16	19	15	15	20	20	14	9	-5,24%
Programadoras e atividades relacionadas à televisão por assinatura	149	161	176	194	166	150	107	112	-5,57%
Edição de livros	272	293	343	234	204	240	229	178	-6,44%
Comércio varejista de discos, CDs, DVDs e fitas	277	246	230	223	183	212	177	166	-6,75%
Fabricação de instrumentos musicais	90	81	70	85	68	56	56	59	-6,78%
Edição integrada à impressão de revistas	163	186	252	255	228	177	148	88	-7,89%
Aluguel de fitas de vídeo, DVDs e similares	741	771	726	654	630	546	473	420	-8,70%
Serviços de acabamentos gráficos	548	591	658	677	533	451	294	283	11,30%
Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte	1673	1098	993	818	675	614	628	643	13,24%
Criação artística	24	18	18	15	18	4	9	8	18,44%
Outras atividades de prestação de serviços de informação não especificadas anteriormente	3713	2779	2427	1807	1370	1297	1120	946	19,37%
Atividades de gravação de som e de edição de música	271	263	268	164	152	168	93	59	20,65%
Atividades de jardins botânicos, zoológicos, parques nacionais, reservas ecológicas e áreas de proteção ambiental	31	32	35	33	11	9	9	7	26,11%
Distribuição cinematográfica, de vídeo e de programas de televisão	92	91	85	69	64	58	24	11	27,09%
Fabricação de equipamentos e instrumentos ópticos, fotográficos e cinematográficos	36	112	120	113	6	8	7	6	44,60%
Total	52896	54245	57985	66493	66927	71093	74652	79006	5,98%

Fonte: Rais /MTE